



Encontro de Almada

A já grande preocupação e descontentamento gradual potenciada por um quadro que levou inclusive à entrega de uma petição na Assembleia da República (subscrita por mais de 5.000 militares para que esta exercesse a sua acção fiscalizadora sobre o incumprimento e desrespeito por leis aprovadas por unanimidade, livremente, por Governantes e Deputados, e que pendem sobre os militares, merecendo particular destaque aquelas nas áreas do, Fundo de pensões, Complemento de pensão de reforma, Apoio social e assistencial, Direito de associação profissional, Fluxos de carreiras e sistema retributivo), veio-se agora juntar um forte e contundente ataque ao Estatuto da Condição Militar.

Tem contribuído para este mau estar, a postura e a inércia dos responsáveis da tutela, evidenciada na defesa da condição militar, dos militares e das instituições, recaindo assim nas Associações Profissionais de Militares (APM) a defesa da imagem distorcida que vem passando para a opinião pública, nomeadamente os pressupostos “privilégios”, e acima de tudo a defesa intrínseca dos valores da condição militar.

Deste modo e pela primeira vez os militares das diferentes categorias, convocados pelas associações representativas dos seus interesses, exerceram em conjunto o direito de “reunião” no Pavilhão Municipal de Desportos do Concelho de Almada no dia **14 de Julho**, com o objectivo de serem informados e esclarecidos sobre as incidências das propostas dos projectos de diploma, neste momento de incertezas quanto ao futuro da sua condição militar.

A resposta dada pelos militares foi eloquente, marcaram presença mais de 2500. Os militares presentes ouviram as intervenções dos presidentes da AOFA, APA e ANS, versando o passado, presente e futuro e ficaram a saber mais profundamente que a implementação destas medidas apontadas nos diplomas, não só não resolvem os problemas com que se debatem os militares há mais de duas décadas, como os agravam e criam outros que hipotecam as suas expectativas.

É desta forma, com naturalidade, que uma moção que no seu essencial, dava conta das preocupações quanto ao futuro do estatuto da Condição Militar e requeria ao Senhor Primeiro-Ministro a reponderação das medidas que então não passavam de grandes linhas de orientação, mas nas quais já se adivinhavam consequências muito graves para os nossos direitos, é colocada a sufrágio e é aprovada por maioria.

À saída do encontro, no rosto dos presentes, era perceptível a preocupação que lhes atormentava a mente, pois para quem já tinha o presente comprometido, apresentava-se-lhes um futuro que se recusavam a aceitar. ❌

Encontro Casa do Alentejo

Foi com surpresa que as Associações Profissionais de Militares (APM) foram notificadas pelo Governo Civil de Lisboa, dando-lhes conta que a manifestação convocada pelas AOFA, ANS e APA, para o dia 13 de Setembro, com concentração na Praça Marquês de Pombal às 18h30 tinha sido proibida, com base nos seguintes argumentos:

Pela natureza e pelo número de promotores;

Porque, segundo parecer do Senhor Ministro da Defesa Nacional, a Manifestação “tem natureza sindical e põe em causa a disciplina e coesão das Forças Armadas”.

Feito o recurso desta decisão para o Tribunal Administrativo, as APM pelas 16h00, duas horas e meia antes do início da Manifestação, são novamente confrontadas com a ratificação da decisão tomada pelo GCL.

Deste modo, as APM acatarem a decisão imposta e cumpriram a Lei, sem no entanto deixarem de permanecer no local de modo a não permitir a aglomeração de militares junto do local. É então que um plano alternativo é colocado em cima da mesa e deste modo são transmitidas orientações no sentido dos militares se deslocarem para um lugar privado “A Casa do Alentejo”.

É neste clima de descontentamento, que tem por base a desmotivação e ansiedade que grassam nas unidades militares, que cerca de 5500 militares dão azo à sua indignação e se agregam naquela instituição.

De facto o ambiente era de arrepiar, mas motivador, todos sentiam o peso da responsabilidade dos seus actos, incertos quanto ao seu desfecho mas cientes da importância de que se revestia a sua presença naquele momento, e não havendo para o evento espaço livre suficiente no interior do edifício da Casa do Alentejo, foi com naturalidade que a aglomeração militares se estendeu para fora de portas.

As intervenções dos representantes das associações, que se ouviam no interior e exterior do recinto, sucederam-se e contaram com o apoio de peso do Presidente da EUROMIL e do Procurador-geral Adjunto Dr. Bernardo Colaço. Desde a necessidade de se ver esgrimida a interpretação jurídica sobre o direito de convocação ou participação dos militares em manifestações, aos direitos de cidadania que estão assignados a este grupo de cidadãos, ao incumprimento do Estatuto da Condição Militar, ao desinvestimento de que as Forças Armadas foram vítimas, enfim, a tudo o que se vinha acumulando ao longo dos últimos anos, as intervenções que se seguiram foram bastantes esclarecedoras e proveitosas.

À voz dos dirigentes responderam os militares presentes com palmas e outras considerações dando azo ao sentir da causa, fruto das suas insatisfações e extravasando deste modo toda a sua angústia, revolta e expectativas frustradas.

De facto só quem esteve presente pode exprimir com exactidão o que se passou.✘

ASSIM SOMOS E ASSIM SEREMOS!
PROVÁMOS SABER MARCAR POSIÇÃO!
AGIMOS E PONTUÁMOS NUMA ALTURA CRUCIAL!



Bauk Snoep, presidente da Euromil



Luis Reis, presidente da APA



Dr. Bernardo Colaço, Procurador-Geral Adjunto